

CIES e-WORKING PAPER N° 13/2006

**Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento:
linhas de identificação sociológica**

FERNANDO LUÍS MACHADO

ANA RAQUEL MATIAS

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Fernando Luís Machado holds a Ph.D. in Sociology from the Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisbon. He is currently an assistant professor at ISCTE and a researcher at the Center for Research and Studies in Sociology (CIES-ISCTE). His research interests are on international migrations, inequality and social integration, ethnic issues and Portuguese society. Email: fernando.machado@iscte.pt

Ana Raquel Matias holds a B.A. in Sociology from the Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisbon. She is currently a research assistant at the Center for Research and Studies in Sociology (CIES-ISCTE). Her research interests are on immigration and social integration in Portugal. Email: ana.matias@iscte.pt

Abstract:

In societies of sedentarized immigration, the integration of descendants of immigrants constitutes a significant concern. Such integration is mostly determined by the pattern of transition to adulthood. This paper deals with four theoretical and analytical issues that allow a sociological appraisal of this transition and its outcomes: a criticism of the concept of “second generation immigrants”, the conceptualisation of the descendants of immigrants as common youngsters, a weighting of the diversity of contemporary conditions for the youth, and a deeper consideration of the significance of ethnicity matters

Keywords: descendants of immigrants, youth, transition to adulthood, social integration

Resumo

Em sociedades de imigração sedentarizada, a integração dos descendentes de imigrantes é uma questão de máxima importância. Essa integração joga-se em grande parte nas modalidades de transição para a vida adulta vividas pelos jovens filhos de imigrantes. Neste texto discutem-se quatro níveis de especificação teórica e analítica indispensáveis para equacionar sociologicamente essa transição e os seus resultados: a crítica da noção de “imigrantes de segunda geração”; a conceptualização dos descendentes de imigrantes enquanto jovens como quaisquer outros; a consideração da diversidade das condições juvenis contemporâneas; a avaliação da importância das questões de etnicidade.

Palavras-chave: descendentes de imigrantes, juventude, transição para a vida adulta, integração social

1. Imigração, sedentarização e descendentes de imigrantes

A sedentarização de imigrantes é um facto bem conhecido nos países que há mais tempo se tornaram grandes receptores de fluxos migratórios internacionais, como é o caso dos EUA e do Canadá ou, na União Europeia, da França, Reino Unido, Bélgica ou Holanda.

Portugal tornou-se também, no curso das duas últimas décadas, um país de imigração, sem que tenha deixado de ser país de emigrantes. Hoje os imigrantes representam mais de 5% da população residente, o que faz de Portugal senão um grande, pelo menos um médio receptor no contexto europeu. Tendências pesadas da demografia e da economia, especialmente o envelhecimento da população e a dependência crescente de certos segmentos do mercado de trabalho da mão-de-obra imigrante, fazem pensar que a imigração passou a ser igualmente, como noutros países, uma tendência pesada e que a sedentarização dos imigrantes está em curso.

Num quadro de imigração sedentarizada, as perspectivas de integração dos descendentes de imigrantes constituem uma questão de máxima importância, quer para as populações imigrantes, quer para as sociedades de acolhimento. A formação de gerações numerosas de filhos de imigrantes é a própria medida da sedentarização. Dos imigrantes propriamente ditos pode esperar-se que regressem aos países de origem e que orientem a sua acção em função de projectos de regresso. Dos seus descendentes não. Nascidos nas sociedades de acolhimento, ou tendo pelo menos aí crescido e vivido a maior parte da vida, a ideia de regresso não se aplica e é em função das sociedades onde vivem que se formam as suas expectativas e projectos.

O modo de adaptação a longo prazo dos imigrantes às sociedades de acolhimento depende, por isso, como sublinha Alejandro Portes (1999: 3), menos do que lhes acontece a eles do que daquilo que acontece aos seus filhos. A dita “segunda geração” é, ao mesmo tempo, a medida da sedentarização e a medida da integração das populações imigrantes.

Em Portugal, os filhos de imigrantes dos PALOP constituem, por enquanto, o único exemplo de uma geração de descendentes plenamente constituída, no volume e na forma. Trata-se de uma categoria que agrega várias dezenas de milhar de indivíduos, não só crianças dos 0-14 anos, mas também muitos jovens dos 15-29 anos, parte dos quais tem já hoje os seus próprios filhos nascidos no país. Noutras populações imigrantes, o número de descendentes começa a adquirir também expressão

quantitativa, mas em nenhum outro caso o tempo de residência é suficientemente longo para que eles tenham atingido, em proporção relevante, a fase da juventude.

Os descendentes de imigrantes africanos constituem a primeira “segunda geração” que a sociedade portuguesa vê crescer e transitar para a idade adulta, e os processos sociais que envolvem essa transição, processos que se referem à família, à escola e ao mercado de trabalho, à participação social e política, às dinâmicas culturais e simbólicas, não deixarão de servir de termo de comparação para as gerações de descendentes de imigrantes que se seguirão¹.

Nesta área de pesquisa é fundamental distinguir analiticamente *jovens filhos de imigrantes* de *imigrantes jovens*, que constituem uma categoria completamente diferente. Podendo os seus membros ter a mesma idade e a mesma origem étnico-nacional, directamente ou por via da família, são duas categorias sociologicamente muito diferentes, que importa não confundir.

Os imigrantes jovens chegam à procura de melhores condições de vida e, até pela sua idade, não podem ter senão um tempo de residência relativamente curto. Nasceram e cresceram noutros países e estão a viver os primeiros anos de adaptação a um quadro sociocultural diferente, encontrando-se numa fase do ciclo migratório em que, como imigrantes laborais que são, o trabalho ocupa o centro da sua vida.

Os jovens filhos de imigrantes não são objectivamente imigrantes, nem se pensam como tal. Nasceram ou chegaram em crianças ao país de acolhimento dos seus pais, cresceram aí, frequentaram ou frequentam as suas escolas, têm ao alcance um mercado de trabalho mais amplo e diversificado do que aquele que se oferece aos imigrantes, interiorizam referências culturais que são as das suas famílias, mas também as da sociedade de acolhimento, e têm estilos de vida que, em muitos aspectos, e para condição social idêntica, são os mesmos que observamos na juventude nativa.

Alguns indivíduos, em concreto, podem estar na fronteira entre as duas categorias. Um filho de imigrantes chegado em idade activa e que comece logo a

¹ A literatura sobre descendentes de imigrantes em Portugal é relativamente limitada, faltando em especial uma pesquisa extensiva e multitemática que dê uma visão de conjunto sobre a sua situação social e perspectivas futuras. Os estudos até agora realizados abordam alguns traços sociais e culturais genéricos dos filhos de imigrantes (Machado, 1994, 2002; Justino, Marques, Ralha, Palácio e Seabra, 1999) ou temas específicos como as estratégias de socialização familiar (Seabra, 1994), questões de socialização e escolarização (Paes, 1993; Santos, 2004), resultados escolares (Tavares, 1998; Garcia, 2000; Machado, Matias e Leal, 2005), relação com a escola e a sociedade do conhecimento (Marques e Martins, 2005), multiculturalidade e educação (Gusmão, 2004), identidades e processos identitários (Vala e Khan, 1999; Sudan, 2002; Filho, 2002; Vala, Ferreira, Lima e Lopes, 2003), culturas juvenis e práticas culturais, nomeadamente no domínio da música (Fradique, 1999, 2003; Contador, 2001a, 2001b; Cidra, 2002) ou ainda a delinquência juvenil (Carvalho, 2003).

trabalhar aproxima-se muito do imigrante económico jovem que, sem ter os pais no país de destino, chega à procura de trabalho. Mas estes são casos pontuais, que não põem em causa a utilidade analítica da distinção.

Sociologicamente, a questão-chave que se coloca para os jovens filhos de imigrantes, como para os jovens em geral, é a dos modos de transição para a vida adulta.

Ela pode ser desdobrada em várias interrogações específicas. Essa transição prefigura quadros futuros de integração ou de exclusão social? Decorre em moldes idênticos à dos jovens autóctones ou a origem imigrante interfere de forma decisiva nessa transição? Os filhos de imigrantes constituem-se como um segmento potencialmente excluído, com base em critérios étnico-raciais, ou como parte integrante da juventude em geral, com as mesmas circunstâncias e perspectivas de vida dos jovens autóctones de idêntica condição social?

No plano da pesquisa empírica, a resposta a estas perguntas exige uma análise comparativa sistemática. Por um lado, comparando a situação dos filhos de imigrantes com a dos seus pais e mães, nomeadamente em dimensões como os perfis escolares e profissionais. Por outro lado, comparando-os com os jovens em geral, para condições e perfis sociais idênticos.

No plano teórico e analítico, são necessários quatro níveis de especificação, articulados entre si.

2. Primeira especificação teórica: imigrantes de “segunda geração”?

O primeiro nível de especificação consiste na crítica sociológica das noções de “imigrantes de segunda geração”, “segunda geração de imigrantes” ou simplesmente “segunda geração”, habitualmente utilizadas nos discursos comuns, mas também nos discursos científicos sobre os descendentes de imigrantes². Mesmo Alejandro Portes, cujos contributos neste domínio são internacionalmente reconhecidos e fazem dele um autor de referência indiscutível, não deixa de utilizar a expressão “segunda geração” no título de um dos seus principais trabalhos (Portes, 1996).

Usar estas noções significa transpor mecanicamente os termos em que se equaciona a situação dos imigrantes nas sociedades de acolhimento para os seus filhos, como se entre uns e outros houvesse apenas uma diferença de geração. Os filhos de

² Para uma crítica inicial destas noções ver Machado (1994).

imigrantes constituiriam uma mera réplica geracional dos pais, uma segunda edição ou segunda via do mesmo fenómeno social. Por extensão, o mesmo se pode dizer da noção de “geração 1,5”, usada por alguns investigadores para designar os filhos de imigrantes nascidos nos países de origem e que imigram com os pais em crianças. A noção de “segunda geração” ficaria reservada para os que já nascem nos países de destino.³

Ora, os filhos de imigrantes não são eles próprios imigrantes, nem se vêem como tal, quer os que imigram com os pais em crianças, quer, por maioria de razão, os muitos que já nascem nas sociedades de acolhimento.

Veja-se a questão da relação, a vários níveis, com a sociedade de origem e a eventualidade de regresso à mesma, sempre colocada quando se trata de imigrantes propriamente ditos. A história das migrações internacionais mostra que muitos deles acabam por se sedentarizar nas sociedades de acolhimento, sedentarização que corresponde a um ponto de não retorno atingido no curso do processo de integração nessas sociedades. No caso dos filhos de imigrantes, o ponto de não retorno é quase um automatismo. Para os que nascem nas sociedades de acolhimento, em particular, a noção de regresso à origem é de todo inaplicável. Para esses, o ponto de não retorno é o próprio momento em que nascem.

Mas a diferença entre os pais imigrantes e os seus filhos não é apenas a da relação com o país de origem e eventual regresso a ele. As maiores diferenças estão na relação de uns e outros com o país de acolhimento. São diferenças de trajecto, socialização e projecto. Os filhos nascem e/ou crescem nesse país e por via da frequência da escola, das sociabilidades infantis e juvenis interétnicas, dos consumos materiais e culturais, dos padrões de valores e dos estilos de vida, têm experiências sociais e expectativas muito diferentes das dos pais, que tiveram a sua socialização primária e várias socializações secundárias no contexto da sociedade de origem.

É claro que não se pode ver apenas os contrastes de socialização e experiência social. Há que ter em conta igualmente as continuidades, em particular a força centrípeta da socialização primária familiar e o seu poder de transmissão e inculcação de valores e práticas, bem como outros contextos de interacção intraétnica. Essa força actua no sentido de manter ligações culturais de vários tipos entre filhos e pais e entre as crianças e jovens em geral e a população imigrante no seu conjunto.

³ Há quem fale também de uma “geração 2,5”, constituída pelos filhos de imigrantes com um dos progenitores nascido no país de origem e o outro no país de destino (Ramakrishnan, 2004), diferente da “terceira geração”, constituída pelos filhos de pai e mãe ambos nascidos no país de destino.

Mas mesmo essas ligações, cuja intensidade varia de população para população, não são ligações directas à chamada cultura de origem, mas sim à versão transformada dessa cultura, consequência da adaptação progressiva ao contexto migratório, que torna os próprios imigrantes diferentes do que eram antes de migrarem.

Secundariamente, as noções de “segunda geração de imigrantes” ou “imigrantes de segunda geração” podem ser criticadas por transportarem consigo um entendimento pouco criterioso do conceito de geração. É certo que entre os imigrantes e os seus filhos, tal como entre quaisquer jovens e os respectivos pais e mães, há descontinuidades intergeracionais de cultura e relações sociais. Essas descontinuidades têm sido devidamente assinaladas no quadro da chamada corrente geracional da sociologia da juventude (Pais, 1993: 37-43).

Acrescentar-se-ia até que, em muitos casos, essas descontinuidades serão particularmente vincadas entre os jovens de origem imigrante e os seus pais, uma vez que à diferença especificamente etária soma-se a auto-referência predominante de uns e outros a sociedades diferentes, os jovens à sociedade onde vivem e os pais à sociedade onde viveram.

Mas tal não significa que os filhos de imigrantes, de uma mesma classe de idade, constituam necessariamente uma geração, no sentido de grupo social partilhando amplamente práticas e identidades. A formação de uma consciência de geração entre jovens filhos de imigrantes – como entre quaisquer outras categorias de jovens –, depende de circunstâncias históricas específicas. Não é um dado de partida (Bourdieu, 2003 [1980]: 151-162; Contador, 1998; Bastenier, 2004: 247-296).

Se alguns descendentes podem desenvolver fortes afinidades entre si, através da partilha prolongada de experiências em que a origem imigrante comum se faça sentir mais fortemente, outros terão mais afinidades com jovens autóctones, baseadas na origem de classe, no estatuto social (por exemplo, ser estudante universitário) ou noutros critérios sociais relevantes.

Também não constitui alternativa satisfatória designar os filhos de imigrantes, neste caso os filhos de imigrantes africanos em Portugal, pela cor da pele, chamando-lhes “jovens negros” (Vala, Ferreira, Lima e Lopes, 2003) ou “jovens negros portugueses” (Contador, 2001a).

Colocar em primeiro plano, teórico e analítico, um atributo como a cor da pele tende a ocultar outras propriedades sociais dos indivíduos em causa, como a de serem filhos de imigrantes, serem jovens, terem uma pertença de género, uma condição

perante o trabalho, uma origem de classe, uma nacionalidade, propriedades muitas vezes mais importantes para a compreensão dos fenómenos sociais em análise.

Particularmente discutível, nesta perspectiva, é a abordagem de Jorge Vala e colegas, que, sob o chapéu da designação “jovens negros”, incluem na amostra do inquérito que realizaram categorias sociologicamente tão diferentes entre si como a dos filhos de imigrantes, a dos imigrantes jovens recém-chegados e a dos bolseiros a frequentar universidades portuguesas (*op.cit.*: pp. 1, 35-36).

Estabelece-se, além disso, uma continuidade entre a racialização das categorias espontâneas do senso comum e categorias racializadas pelo trabalho científico, o que pode legitimar as primeiras e aumentar o potencial de preconceito e discriminação que elas encerram.

A pesquisa internacional sobre descendentes de imigrantes tem sido marcada pelos trabalhos do norte-americano Alejandro Portes e investigadores a ele associados (Portes e Zhou, 1993; Portes, 1995, 1996, 1999; Portes e Rumbaut, 2001; Rumbaut e Portes, 2001). Com base em vários estudos empíricos extensivos feitos nos EUA, desde meados dos anos 90 do século passado, Portes desenvolveu a teoria da “assimilação segmentada”, que investigadores europeus têm também tomado como referência em anos mais recentes (AA VV, 2003; Meurs, Pailhé e Simon, 2005).

De acordo com Portes, a “nova segunda geração”, formada pelos descendentes das vagas de imigrantes sul-americanos e asiáticos chegados aos EUA na sequência da abertura da lei da imigração, em 1965, defronta-se com condições de integração na sociedade norte-americana que já não são as que encontraram os descendentes das vagas de imigração mais antigas, dos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, predominantemente constituídas por europeus.

Os filhos destes últimos viveram um processo de assimilação relativamente linear, em que a adopção de valores, normas e práticas da sociedade norte-americana conduziu, no curso de uma ou duas gerações, à mobilidade social ascendente e à plena integração social. Um tal cenário já não parece prefigurar-se para os descendentes das novas vagas de imigrantes. Mesmo havendo assimilação cultural, ela não conduz necessariamente à promoção e integração social, podendo acontecer exactamente o contrário.

Por outro lado, a conservação das diferenças culturais, através do auto-fechamento comunitário das populações imigrantes, parece proporcionar, em vários casos, mais e melhores oportunidades de progresso económico e social. Em suma, não

há um processo único de assimilação linear, mas processos de assimilação segmentada com diferentes configurações.

Mais exactamente, Portes diz que a “nova segunda geração” pode percorrer três trajectos alternativos. Um deles é o que corresponde ao padrão homogéneo tradicional de progressiva aculturação e integração na classe média branca; o segundo é o oposto do anterior, e conduz, por via de mobilidade social descendente, à pobreza e à diluição na subclasse autóctone⁴; o terceiro é o da mobilidade ascendente através da preservação da solidariedade comunitária das populações imigrantes (Portes, 1999: 101).

Relativamente ao primeiro destes trajectos alternativos, Portes não chega a especificar suficientemente os factores que podem favorecê-lo ou bloqueá-lo. Parece estar mais interessado nos outros dois, que correspondem ao que a sua proposta teórica tem de inovador.

O trajecto de assimilação descendente, que conduz os filhos de imigrantes a juntarem-se à subclasse autóctone, depende de factores de localização residencial e dos padrões de valores circulantes nos contextos de relacionamento inter-pares em que os jovens estão quotidianamente envolvidos. Segundo Portes, os imigrantes das vagas mais recentes concentram-se nas zonas pobres das grandes cidades, ficando os seus filhos em contacto directo com os jovens de minorias domésticas excluídas (Portes, *op.cit.*: 101-105). Nesses contextos, eles encontram nos jovens autóctones uma “cultura adversarial”, de oposição à sociedade dominante, branca e de classe média, e são constringidos por “normas niveladoras descendentes”, que os socializam “na crença de que é fútil procurar singrar por mérito próprio”.

Apesar das expectativas de mobilidade ascendente intergeracional de que os seus pais são portadores, muitos filhos de imigrantes acabam, devido à pressão dos pares, por interiorizar essa crença, poupando-se a serem denunciados como “vira-casacas que deixam o seu próprio povo para trás procurando ‘ser brancos’”. A consequência a prazo desta forma de capital social negativo será, para muitos, a mobilidade social descendente.

O terceiro trajecto, pelo contrário, é consequência do capital social positivo que os filhos de imigrantes conseguem mobilizar dentro da população de que fazem parte

⁴ Uma formulação precursora desta ideia, que Portes depois desenvolveu e sistematizou, foi apresentada por Gans (1992). Nesse texto, Herbert Gans fala do “declínio da segunda geração”, contrapondo o que julga serem os cenários negativos que esperam os filhos dos imigrantes das vagas pós-1965 ao processo de mobilidade social ascendente vivido pelas “segundas gerações” mais antigas.

(idem, *ibidem*: 106-108). A tese é a de que a solidariedade entre imigrantes baseada na etnicidade e a densidade das redes comunitárias proporcionam a pais e filhos um capital social importante e, através dele, acesso a recursos escassos, que tornam menos provável o cenário da assimilação descendente.

3. Segunda especificação teórica: jovens como os outros?

O segundo nível de especificação teórica necessário para identificar sociologicamente os jovens descendentes de imigrantes, quaisquer que sejam, passa por pensá-los como jovens tanto quanto como filhos de imigrantes. Ou até mais como jovens do que como filhos de imigrantes. Por isso, os contributos teóricos e empíricos da sociologia da juventude são aqui indispensáveis. É surpreendente, aliás, que Portes, ao inventariar os domínios de investigação sociológica fundamentais para analisar a “nova segunda geração” nos EUA, mencione a sociologia económica e a sociologia da imigração, mas não a sociologia da juventude (Portes, 1999: 98).

Mas não se trata de uma “omissão” unilateral. Se olharmos para a sociologia da juventude também não encontramos estudos significativos sobre descendentes de imigrantes. Num trabalho de referência internacional como é o livro *Sociologie de la Jeunesse*, de Olivier Galland, por exemplo, não há, em mais de 200 páginas de texto, senão uma a eles dedicada⁵.

O mesmo acontece no caso português. Sendo a sociologia da juventude um dos domínios de investigação em que mais trabalho teórico e empírico se acumulou até à data em Portugal, não há pesquisas que tenham estudado os filhos de imigrantes enquanto jovens⁶. Eles não aparecem como subcategoria específica ou são só tangencialmente referidos nos vários inquéritos ou caracterizações de base estatística até hoje realizados (AA. VV., 1989; Almeida e outros, 1996; Cabral e Pais, 1998; Figueiredo, Silva e Ferreira, 1999) e só muito ocasionalmente constituem objecto de estudos qualitativos (Vala e Khan, 1999)⁷.

⁵ A primeira edição do livro é de 1991, tendo sido reeditado em 1997 e 2001. A edição citada é a de 2001, da editora parisiense Armand Colin.

⁶ Para uma inventariação e balanço da produção sociológica neste domínio, até meados dos anos 90, ver Pais (1996a).

⁷ No livro José Machado Pais, *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Âmbra, 2001, há um entrevistado de origem africana, mas não é um descendente de imigrantes e sim um imigrante jovem.

Tudo se passa como se para a sociologia das migrações os jovens descendentes de migrantes fossem, sobretudo, descendentes de migrantes e só marginalmente jovens, e como se entre os jovens de que a sociologia da juventude se ocupa não estivessem filhos de imigrantes. A estratégia teórico-metodológica mais rentável é, no entanto, a de procurar combinar os contributos de uma e outra área.

Uma das principais problemáticas de que se tem ocupado a sociologia da juventude desde há muitos anos – a transição para a vida adulta – coloca-se para os filhos de imigrantes como para quaisquer outros jovens. Das modalidades dessa transição dependem, em boa medida, as suas perspectivas de integração bem sucedida na sociedade receptora.

Nunca será de mais sublinhar a importância de que se reveste a análise dos processos de transição para a vida adulta neste caso particular. Ela ajudará certamente a desmontar as falsas atribuições de causalidade que se ouvem frequentemente em discursos de rua, nos média e no discurso político, sobre filhos de imigrantes. Atribui-se à condição de descendente de imigrante (a tal "segunda geração") situações e problemas de transição para a vida adulta que esses jovens partilham com muitos outros que nada têm a ver com a imigração, mas que vivem em condições sociais semelhantes.

Nas sociedades de modernidade avançada o padrão de transição para a vida adulta alterou-se profundamente. Sabe-se que essa transição é hoje mais longa, complexa e incerta (Pais, 1993, 2003; Casal, 1997; Cavalli, 1997; Guerreiro, 1998; Galland, 2001; Queiroz e Gros, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2004, 2005). Há também nela uma certa reversibilidade, antes menos frequente, que leva muitos jovens a passarem do sistema do ensino para o mercado de trabalho e a voltarem em exclusivo ao primeiro, a deixarem de viver com a família e voltarem a viver com ela, e outros movimentos oscilantes, o que já levou a que se lhes chamasse “geração yô-yô” (Pais, 1996b).

Três processos sobrepostos e interactivos conferem à transição para a vida adulta o carácter que ela tem assumido em tempos mais recentes.

O primeiro é o prolongamento do tempo de escolarização, em sociedades em que as qualificações e competências são cada vez mais decisivas. O segundo é a entrada mais tardia e menos segura no mercado de trabalho. Mais tardia porque se prolonga o tempo de permanência no sistema de ensino e menos segura porque grande parte dos jovens tem a primeira experiência profissional em segmentos precários desse mercado. Sobretudo em tempos de crise económica, juventude e precariedade laboral coincidem

largamente, do mesmo modo que o desemprego atinge mais os jovens do que os não-jovens. O terceiro processo é o adiamento dos projectos de conjugalidade e parentalidade, que é uma consequência dos processos anteriores, mas reflecte também novos valores quanto aos tempos e formas de realização pessoal na esfera familiar.

Além de se terem tornado mais contingentes, estes três processos deixaram de estar encadeados numa sequência linear e irreversível, que era comum no passado: saía-se do sistema de ensino, entrava-se no mercado de trabalho e, mais ou menos a curto prazo, constituía-se uma nova família.

Não será caso para propor uma sociologia da pós-linearidade, como se de uma sociologia sem regularidades nem previsibilidades sociais se tratasse (Pais, 2001). Vistos de perto somos todos pós-lineares. Não seria difícil, por exemplo, encontrar nas gerações mais velhas experiências de transição não linear nem convencional para a vida adulta. Mas é indiscutível que para a maioria dos jovens essa transição é hoje mais complexa do que no passado.

A passagem para a vida adulta pode conhecer momentos de particular dificuldade ou mesmo de bloqueamento. Sabe-se que a transição entre ciclos de ensino, por exemplo, do 3º ciclo do básico para o secundário, é difícil para muitos jovens e leva-os a abandonar a escola precocemente. Podem ser difíceis, por outro lado, a experiência de início da vida profissional e certas transições entre empregos.

Situações de transição bloqueada vivem-nas, por sua vez, os que já não estão na escola, não trabalham e não procuram emprego, os que não conseguem reencontrar trabalho depois de terem ficado desempregados ou os que querem autonomizar-se da família mas não têm meios para o fazer. Situação de conciliação quase impossível entre trabalho e vida familiar é a das mães jovens com fracos recursos escolares e económicos e mais do que um filho a cargo.

A consideração de um arco de idades que vai dos 15 aos 29 anos – o recorte etário convencional da sociologia da juventude – permite estudar a transição para a vida adulta comparando trajectos de grupos de jovens em faixas etárias diferentes. O subconjunto dos que têm 25-29 anos é, a este respeito, metodologicamente estratégico. Estando mais perto do completamento da transição para a vida adulta, funcionam como revelador das oportunidades e constrangimentos que se apresentam aos jovens em geral. Se considerarmos, seguindo Guerreiro e Abrantes (2005: 170), que essa transição é um percurso a “dois tempos”, um de maior despreocupação e experimentalismo, outro de

maior estabilidade e responsabilidade, é neste segundo tempo que se encontra a generalidade dos jovens dos 25-29 anos.

A diversidade das modalidades actuais de transição para a vida adulta está bem retratada na tipologia construída pelos mesmos autores, com base no conhecimento empírico acumulado sobre as dinâmicas escolares, profissionais e familiares, dos jovens em Portugal.

Guerreiro e Abrantes distinguem sete “padrões de transição”, caracterizando cada um deles em cinco dimensões – origem social, escolaridade, integração profissional, modo de residência e orientação cultural. Há transições “lúdicas” e “experimentais” de jovens de classes médias e altas e escolaridade elevada; há transições “profissionais” e “progressivas” de jovens com origens sociais diversificadas e níveis variados de escolaridade; e transições “precoces”, “precárias” e “desestruturantes”, de jovens de classes desfavorecidas e escolaridade baixa ou intermédia.

Como é que podemos situar os jovens filhos de imigrantes no quadro da problemática da transição para a vida adulta? São jovens como os outros, sujeitos aos mesmos constrangimentos, dispendo das mesmas oportunidades e accionando as mesmas estratégias, ou a origem imigrante tem efeitos específicos que não se fazem sentir entre os jovens em geral? Só a análise empírica comparativa das situações e trajectórias sociais de uns e outros permite responder a estas questões.

4. Terceira especificação teórica: diversidade de condições juvenis

O terceiro nível de especificação teórica que o conhecimento sociológico dos jovens descendentes de imigrantes requer é o que se prende com a consideração da diversidade interna da condição juvenil. Nesse sentido, não há juventude, mas juventudes. O principal eixo estruturante dessa diversidade é a condição de classe dos jovens, na dupla vertente da origem de classe e das trajectórias sociais. O contributo da sociologia das classes sociais e da estratificação é, por isso, decisivo.

Trata-se de um princípio teórico-metodológico solidamente estabelecido no património da sociologia da juventude. Em complemento à já referida “corrente geracional”, a chamada “corrente classista” (Pais, 1993) tem demonstrado de maneira inequívoca a importância de se recorrer aos conceitos de classe social, trajectórias de

classe e mobilidade social, sistemas de disposições e estilos de vida, entre outros, para tornar mais inteligível a condição juvenil nas sociedades contemporâneas⁸.

A localização das respectivas famílias na “estrutura de classes” (Wright, 1997) ou no “espaço social das classes” (Bourdieu, 1979) condiciona os destinos sociais dos jovens, a começar pelas suas modalidades de transição para a vida adulta. Acabámos de ver que a complexidade e a incerteza são características genéricas dessa transição nas sociedades contemporâneas. Mas o grau em que a incerteza afecta cada jovem e a forma como cada um consegue gerir a complexidade ou, pelo contrário, fica enredado nela, dependem muito da condição de classe das famílias e do montante e tipo de recursos que elas põem à disposição dos filhos.

Vejamos um só exemplo, o do acesso à universidade, em que se têm acumulado ao longo dos anos resultados concordantes de múltiplas pesquisas.

Esse acesso está longe de ser regulado pelo princípio da igualdade de oportunidades. Se é verdade que os estudantes universitários se recrutam em todos os sectores de classe, não o é menos que os jovens dos sectores mais dotados de recursos económicos, escolares e profissionais, estão fortemente sobrerepresentados no público universitário e que os oriundos das classes populares estão subrepresentados.

E se olharmos mais fino, vemos que dentro da universidade os filhos das famílias com capitais económicos e escolares elevados estão ainda mais sobrerepresentados nos cursos de acesso mais difícil (Almeida, Costa e Machado, 1988; Casanova, 1993; Mauritti, 2002; Almeida e outros, 2003; Machado e outros, 2003). Não havendo, por agora, estudos extensivos sobre o assunto, é também provável que se encontrem correlações classistas claras quando se chegar a analisar o fenómeno massivo do insucesso e abandono escolar no ensino superior.

Na generalidade dos países receptores, os filhos dos imigrantes também são diversos do ponto de vista da origem de classe. Embora provenham sobretudo das classes populares, quer dos segmentos precários das mesmas quer dos segmentos mais estabilizados, há subconjuntos de famílias imigrantes bem providas de recursos económicos, escolares e profissionais. E, portanto, as correlações classistas que encontramos para os jovens em geral, encontrá-las-emos também para os filhos de imigrantes. Na escola e noutros contextos sociais, condições de classe diferentes

⁸ Balanços aprofundados sobre o sempre renovado trabalho teórico e empírico da sociologia das classes sociais e da estratificação podem encontrar-se em Marshall (1997), Costa (1999) Milner (1999), Grusky (2001) e Bouffartigue (2004).

afastarão jovens com uma comum origem imigrante, e condições de classe semelhantes tornarão próximos jovens descendentes de imigrantes e jovens nativos.

Na sociedade portuguesa, em particular, devido ao grande défice de escolarização que a afasta das restantes sociedades europeias, défice que, apesar de alguma recuperação, se tem reproduzido intergeracionalmente, podemos falar de duas juventudes bem distintas.

De um lado, há uma enorme massa de jovens que saíram do sistema de ensino com baixos ou muito baixos níveis de escolaridade. As taxas de saída antecipada e saída precoce – respectivamente, a percentagem de indivíduos dos 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e a dos que não concluíram o secundário – eram, em 2001, de 24% e de 48%.

Do outro lado, há um conjunto também muito numeroso de jovens a frequentar o ensino superior ou que já o completaram. No ano de 2003, mais de 400 mil indivíduos estavam matriculados em estabelecimentos de ensino superior. No ano lectivo de 2003/2004, a taxa real de escolarização no ensino superior – a percentagem de jovens dos 18-22 anos nele matriculados – era de 27%. Diga-se ainda que, em 2001, 18% dos jovens dos 25-29 anos, mais de 140 mil, tinham já completado esse grau de ensino⁹.

Não está em causa que o prolongamento do período de escolarização seja uma das características da juventude nas sociedades contemporâneas. Regra geral, os jovens, qualquer que seja a sua origem social, têm hoje mais escolaridade do que os seus pais e mães. Mas, dentro desse padrão, há, especialmente no caso português, grandes variações internas. Para muitos o prolongamento da formação escolar é ainda relativo.

Sabendo-se da importância crescente das qualificações escolares para a definição das oportunidades sociais que a cada um se apresentam, pode dizer-se que estamos, de facto, perante duas juventudes ou, se se quiser, uma juventude segmentada. Transitar para a vida adulta só com o ensino básico ou menos ou tendo completado o ensino superior, significa entrar em mundos diferentes, a começar pelos horizontes profissionais alcançáveis e a acabar nos níveis e estilos de vida que se poderá ter no futuro.

Outro eixo de diversidade da condição juvenil, que deve ser mencionado, é o das relações de género. Sabe-se que nas sociedades ocidentais em geral, incluindo, em tempos mais recentes, Portugal, muito caminho foi feito em direcção à igualdade entre

⁹ Dados retirados dos Censos 2001 e das estatísticas do GIASE (Ministério da Educação).

os sexos, no domínio legal, na escolarização, nas taxas de actividade profissional, na participação social e política.

Mas persistem desigualdades notórias, no acesso a lugares de poder político, económico e profissional, nos níveis de remuneração e nas formas de tratamento no mercado de trabalho, na conciliação entre trabalho e vida familiar. E essas desigualdades estão presentes também entre os jovens. Como se diz no texto já citado de Guerreiro e Abrantes, “enquanto uns revelam trajectos de vida marcados pelo factor género, outros parecem apresentar percursos de vida relativamente unisexo” (*op.cit.*: 166).

As dinâmicas observadas são contraditórias. As jovens têm melhores desempenhos escolares e atingem e completam com muito maior frequência níveis de escolaridade mais altos. A percentagem de mulheres dos 25-29 anos com ensino superior completo em Portugal era, em 2001, de 23%, perto do dobro da dos seus pares masculinos (13%). A taxa de actividade profissional feminina, nos escalões jovens, é praticamente igual à masculina. Mas isso não as defende totalmente de formas de discriminação persistente no mercado de trabalho nem da assimetria de papéis na conciliação da vida profissional com a vida familiar.

Seria preciso saber como é que as relações sociais de género se estruturam para os filhos e as filhas de imigrantes, nos diversos domínios da sua experiência social e nas modalidades de transição para a vida adulta. Encontrar-se-ão as mesmas evoluções e as mesmas dinâmicas contraditórias que se observam nos jovens em geral? A análise empírica comparativa é fundamental também aqui.

5. Quarta especificação teórica: a dimensão da etnicidade

O quarto e último nível de especificação teórica remete para questões de etnicidade, definida como contrastes e continuidades, sociais e culturais, das populações migrantes com as sociedades receptoras (Machado, 2002)¹⁰.

Define-se etnicidade de maneira não estritamente culturalista, mas como articulação, em vários planos, de dimensões culturais e dimensões sociais. Do lado das dimensões sociais, consideram-se a composição de classe, a composição sociodemográfica e a localização residencial. Do lado das dimensões culturais, as

¹⁰ Discussões internacionais recentes sobre o conceito de etnicidade podem encontrar-se em Bastenier (2004) e Fenton (2005).

sociabilidades, a língua e a religião.

Populações etnicamente diferenciadas, imigrantes ou não, cujos membros pertençam sobretudo às classes populares em sociedades maioritariamente de classe média, que incluam muitas crianças, jovens e adultos jovens em sociedades envelhecidas, e que estejam residencialmente concentrados, encontram-se em situação de contraste social. Pelo contrário, se as composições de classe e sociodemográfica forem semelhantes às da sociedade de acolhimento e o padrão residencial for de dispersão, fala-se de continuidades sociais.

Se a língua e a religião de uma determinada população forem diferentes das da sociedade envolvente e as sociabilidades forem sobretudo intraétnicas, com poucos contactos “externos”, está-se perante contrastes culturais. Falar-se-á de continuidades culturais quando língua e filiação religiosa forem comuns e houver sociabilidades generalizadas com a população receptora, nos contextos familiares, amicais, vicinais, escolares e profissionais.

Para além de multidimensional – articula dimensões culturais e dimensões sociais –, esta definição de etnicidade é processual – designa processos e não grupos –, e relacional – a etnicidade é definida não em si mesmo, mas em relação à população envolvente.

Em cada país receptor, as populações imigrantes têm situações de etnicidade muito diversas, observando-se combinações variadas de contrastes e continuidades em diferentes dimensões sociais e culturais. Casos problemáticos são aqueles em que se sobrepõem múltiplos contrastes. Se se sobrepuserem condições de existência desfavoráveis, marcadas pela pobreza, sociabilidades fortemente autocentradas, concentração residencial, diferenças de língua e religião, estar-se-á perante um cenário de etnicidade forte, em que etnicidade significa comunidades étnicas com défice de integração e risco de exclusão.

Nesses casos, geram-se condições para a emergência do que Alejandro Portes designa por “eticidade reactiva”, uma postura de hostilidade grupal face ao mundo envolvente, sobretudo da parte dos mais jovens, e que o autor contrapõe à “eticidade linear”, que consiste na recriação harmoniosa e integradora de práticas e instituições da cultura de origem (Portes, 1999: 106).

Vejamos o caso, em Portugal, dos imigrantes dos PALOP. Eles têm, maioritariamente, situações de contraste social um pouco mais forte e de contraste cultural um pouco menos forte, com a população portuguesa.

Embora com variações de população para população, o que se observa, do lado social, é uma composição de classe puxada para baixo, com predomínio de classes populares, uma composição sociodemográfica mais jovem do que a da população portuguesa e algum nível de concentração residencial, especialmente em certos concelhos da região de Lisboa.

Do lado cultural, a filiação religiosa é mais de continuidade do que de contraste, à excepção daquela parte dos guineenses que segue o Islão; em termos linguísticos, há continuidades, mas também elementos de contraste, por via do uso generalizado dos respectivos crioulos por parte de caboverdianos e guineenses; e há sociabilidades interétnicas disseminadas, em várias esferas do quotidiano. Não existem, portanto, até ao momento, situações de duplo contraste vincado (Machado, *op. cit.*: 41-62).

Como é que estes contrastes e continuidades se configuram para os seus filhos?

Se os contrastes culturais dos pais e mães não são muito fortes, os dos filhos ainda menos o são, podendo falar-se até mais de continuidades do que de contrastes. Como processo dinâmico que é, a etnicidade distintiva dos descendentes de imigrantes africanos atenua-se, por via da sua socialização alargada no contexto da sociedade portuguesa. As sociabilidades interétnicas são mais fortes do que as dos pais, especialmente nas escolas mas também nas zonas de residência, e as continuidades linguísticas são também mais amplas, dado o uso generalizado que os jovens fazem do português, mesmo quando continuam a falar as línguas de origem em círculos intraétnicos.

Em todo o caso, não deve perder-se de vista as eventuais dinâmicas de reprodução de elementos de contraste cultural, que possam manter alguma distintividade étnica do conjunto dos descendentes de imigrantes africanos, e também desses descendentes entre si, em função das origens étnico-nacionais das respectivas famílias. Ter origem guineense ou caboverdiana, angolana ou moçambicana, ou ainda santomense, poderá repercutir-se em determinados aspectos da vida desses jovens na sociedade portuguesa e gerar estratégias identitárias de etnicização.

Assim sendo, poder-se-ia falar de jovens luso-africanos, em cinco conjugações diferentes, como forma de assinalar uma dupla referência cultural – à sociedade portuguesa e à origem étnico-nacional das respectivas famílias –, dupla referência que pode acomodar também elementos culturais terceiros, de natureza transnacional ou global (Machado, 1994).

E do lado dos contrastes sociais?

A questão fundamental é saber se as condições de classe desfavorecidas da maioria dos pais e mães se reproduzem intergeracionalmente ou se os descendentes de imigrantes conhecem uma melhoria geral das condições de vida e alguma mobilidade social ascendente. Subsidiariamente, interessa saber se nessas dinâmicas de reprodução ou mobilidade há diferenças atribuíveis à diversidade de origens étnico-nacionais, isto é, se essas dinâmicas diferenciam filhos de guineenses de filhos de angolanos, ou filhos de caboverdianos de filhos de moçambicanos ou de santomenses.

Se houver reprodução intergeracional dos contrastes sociais, acompanhada pela persistência de elementos de contraste cultural, os filhos de imigrantes africanos não serão jovens como os outros, mas constituirão uma categoria tendencialmente etnicizada e vulnerável à exclusão, que conhecerá dificuldades específicas na transição para a vida adulta.

Cenário oposto será aquele em que prevaleçam as continuidades, quer sociais quer culturais. Aí as diferenças entre jovens de origem imigrante e jovens autóctones diluir-se-iam e as formas de transição para a vida adulta seriam semelhantes. Pode conceber-se ainda uma terceira possibilidade, intermédia relativamente às duas anteriores, em que os descendentes de imigrantes partilhariam certos aspectos da passagem à adultez com os jovens autóctones, e se afastariam deles noutros aspectos.

Não se deve esquecer, neste contexto, que os descendentes de imigrantes não têm uma composição de classe homogénea. Como se disse antes, a grande maioria localiza-se nas classes populares, mas há uma minoria cujas famílias dispõem de recursos económicos, escolares e profissionais médios ou elevados.

Presumindo que os últimos conservarão a posição social de origem, a questão da reprodução dos contrastes sociais ou da sua redução por via da mobilidade ascendente só se colocará para os primeiros. E para estes, será preciso saber se os seus trajectos são semelhantes aos dos jovens autóctones de condição de classe idêntica. Se forem, isso significa que os riscos de exclusão a que estão submetidos são os mesmos dos jovens das classes populares em geral. Neste caso, para condição de classe semelhante, eles serão jovens como os outros.

Do mesmo modo, devemos ver as relações sociais de género na sua intersecção com as questões de etnicidade. As assimetrias de recursos e de papéis sociais entre filhos e filhas de imigrantes poderão ter a configuração que têm na juventude em geral, ou poderão aparecer mais vincadas, devido a diferenças de padrões culturais, por

exemplo no que toca à conciliação entre trabalho e vida familiar. Se assim for, filhos e filhas de imigrantes terão níveis de contraste e continuidade diferentes.

A formação destes cenários, de mais contrastes ou mais continuidades, de maior integração ou potencial exclusão, depende, finalmente, do grau de receptividade que os imigrantes e, sobretudo, aos seus descendentes, encontram na sociedade onde se fixam, seja a receptividade da população em geral, seja a das autoridades governamentais através das políticas que põem em prática¹¹.

Mais hostilidade do que aceitação e défice de políticas reguladoras, significa integração mais difícil, mesmo para os que tenham bons capitais económicos, escolares e profissionais, nas suas famílias ou a título pessoal. Mais aceitação do que hostilidade e mais regulação política, significa integração mais fácil, incluindo para os que disponham de recursos mais escassos.

Referências

- AAVV (1989), *Juventude Portuguesa. Situações, Problemas, Aspirações*, Lisboa, Instituto da Juventude e Instituto de Ciências Sociais (vários volumes).
- AAVV (2003), *International Migration Review*, vol. XXXVII, nº4.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1988), "Famílias, estudantes e universidade – painéis de observação sociográfica", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, pp. 11-44.
- Almeida, João Ferreira de, José Machado Pais, Anália Torres, Fernando Luís Machado, Paulo Antunes Ferreira e João Sedas Nunes (1996), *Jovens de Hoje e de Aqui*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Almeida, João Ferreira de, Patrícia Ávila, José Luís Casanova, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Susana da Cruz Martins e Rosário Mauritti (2003), *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta.
- Bastienier, Albert (2004), *Qu'est-ce qu'une Société Ethnique? Ethnicité et Racisme dans les Sociétés Européennes d'Immigration*, Paris, PUF.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (2003 [1980]), "A 'juventude' é só uma palavra", in *Questões de Sociologia*, Lisboa, Fim de Século, pp. 151-162.
- Bouffartigue, Paul (dir.) (2004), *Le Retour des Classes Sociales. Inégalités, Dominations, Conflits*, Paris, La Dispute.
- Cabral, Manuel Villaverde e José Machado Pais (eds.) (1998), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta.

¹¹ O nível de recepção da população e a política governamental são duas das três "dimensões de recepção" que Alejandro Portes engloba no conceito de "modos de incorporação" das populações imigrantes nos países de destino. A terceira dimensão é a "comunidade étnica" dos imigrantes (Portes, 1999: 29-30).

- Carvalho, Maria João Leote de (2003), *Entre as Malhas do Desvio. Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências*, Oeiras, Celta.
- Casal, Joaquim (1997), "Modos emergentes de transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximación sucesiva, precaridad y desestructuración", in *Jovens em Mudança, Actas do Congresso Internacional "Growing Up between Centre and Periphery"*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Casanova, José Luís (1993), *Estudantes Universitários: Composição Social, Representações e Valores*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Instituto da Juventude.
- Cavalli, Alessandro (1997), "The delayed entry in adulthood: is it bad or good for society?", in *Jovens em Mudança, Actas do Congresso Internacional "Growing Up Between Centre and Periphery"*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Cidra, Rui (2002), "«Ser real»: o rap na construção de identidades na Área Metropolitana de Lisboa", *Ethnologia*, 12-14, pp. 189-222.
- Contador, António Concorde (1998), "Consciência de geração e etnicidade: da segunda geração aos novos luso-africanos", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 26, pp. 57-83.
- Contador, António Concorde (2001a), *Cultura Juvenil Negra em Portugal*, Oeiras, Celta.
- Contador, António Concorde (2001b), "A música e o processo de identificação dos jovens negros portugueses", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, pp.109-120.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.
- Fenton, Steve (2005), *Etnicidade*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Figueiredo, Alexandra Lemos, Catarina Lorga da Silva e Vítor Sérgio Ferreira (1999), *Jovens em Portugal. Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas (1960-1997)*, Oeiras, Celta.
- Filho, João Lopes (2002), "Entre duas culturas: os filhos dos imigrantes caboverdianos", *Ethnologia*, 12-14, pp. 163-188.
- Fradique, Teresa (1999), "Nas margens...do rio: retóricas e performances do rap em Portugal", in Gilberto Velho (org.), *Antropologia Urbana. Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 121-140.
- Fradique, Teresa (2003), *Fixar o Movimento. Representações da Música Rap em Portugal*, Lisboa, D. Quixote.
- Galland, Olivier (2001), *Sociologie de la Jeunesse*, Paris, Armand Colin.
- Gans, Herbert (1992), "Second-generation decline": scenarios for the economic and ethnic futures of post-1965 American immigrants", *Ethnic and Racial Studies*, 15, pp. 173-192.
- Garcia, José Luís (2000), *Estranhos. Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta.
- Grusky, David B. (ed.) (2001), *Social Stratification. Class, Race and Gender in Sociological Perspective*, Boulder (Colorado), Westview Press.
- Guerreiro, Maria das Dores (1998), "Transição dos jovens portugueses para a vida adulta", in Maria das Dores Guerreiro (org.), *Trabalho, Família e Gerações*, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Guerreiro, Maria das Dores e Pedro Abrantes (2004), *Transições Juvenis. Os Jovens perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Guerreiro, Maria das Dores e Pedro Abrantes (2005), "Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 58, 157-175.
- Gusmão, Neusa Maria Mendes de (2004), *Os Filhos da África em Portugal. Antropologia, Multiculturalidade e Educação*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Justino, David, Margarida Marques, Tiago Ralha, Susana Palácio e Hugo de Seabra (1999), "Children of immigrants: a situation in flux between tension and integration", in

- Metropolis International Workshop Proceedings*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 273-304.
- Machado, Fernando Luís (1994), "Luso-africanos em Portugal – nas margens da etnicidade", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, pp. 111-134.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova e João Ferreira de Almeida (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.
- Machado, Fernando Luís, Ana Raquel Matias e Sofia Leal (2005), "Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos", *Análise Social*, 176, pp. 695-714.
- Marques, Margarida e Joana Lopes Martins (2005), *Jovens, Migrantes e a Sociedade da Informação e do Conhecimento. A Escola Perante a Diversidade*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas.
- Marshall, Gordon (1997), *Repositioning Class. Social Inequality in Industrial Societies*, London, Sage Publications.
- Mauritti, Rosário (2002), "Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 85-116.
- Meurs, Dominique, Ariane Pailhé e Patrick Simon (2005), *Mobilité Intergénérationnelle et Persistance des Inégalités. L'Accès à l'Emploi des Immigrés et de leurs Descendants en France*, Paris, Institut National d'Études Démographiques.
- Milner, Andrew (1999), *Class*, London, Sage Publications.
- Paes, Isabel Sasseti (1993), "Crianças de imigrantes. Que oportunidades?", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do 2º Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 296-316.
- Pais, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pais, José Machado (1996a), "Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa: tradições e mudanças - 1985-1995", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 21, pp.197-221
- Pais, José Machado (1996b), "A geração yô-yô", in *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares, Actas das Sessões Temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 111-125.
- Pais, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Âmbar.
- Pais, José Machado (2003), "The multiple faces of the future in the labyrinth of life", *Journal of Youth Studies*, 6(2), pp. 115-126.
- Portes, Alejandro (1995), "Children of immigrants: segmented assimilation and its determinants, in Alejandro Portes (ed.), *The Economic Sociology of Immigration*, New York, Russel Sage Foundation, pp. 248-280.
- Portes, Alejandro (ed.) (1996), *The New Second Generation*, New York, Russell Sage Foundation.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- Portes, Alejandro e Min Zhou (1993), "The new second generation: segmented assimilation and its variants", *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, 530, pp. 74-96.
- Portes, Alejandro e Ruben G. Rumbaut (2001), *Legacies: The Story of Immigrant Second Generation*, Berkeley, University of California Press

- Queiroz, Maria Cidália e Marielle Christine Gros (2002), *Ser Jovem num Bairro de Habitação Social. Especificidade dos Processos de Transição para a Vida Adulta*, Porto, Campo das Letras.
- Ramakrishnan, S. Karthick (2004), "Second-generation immigrants? The '2,5 generation' in the United States", *Social Science Quarterly*, 85 (2), pp. 380-399.
- Rumbaut, Rubén e Alejandro Portes (eds.) (2001), *Ethnicities. Children of Immigrants in America*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- Santos, Irene (2004), *Quem Habita os Alunos? A Socialização de Crianças de Origem Africana*, Lisboa, Educa.
- Seabra, Teresa (1994), *Estratégias Familiares de Socialização das Crianças. Etnicidade e Classes Sociais*, Lisboa, ISCTE (tese de mestrado em sociologia).
- Sudan, Dimitri (2002), *Construction Identitaire chez les Jeunes Afro-Portugais à Lisbonne*, Paris, L'Harmattan.
- Tavares, Manuel Viegas (1998), *O Insucesso Escolar e as Minorias Étnicas em Portugal. Uma Abordagem Antropológica da Educação*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Vala, Jorge e Sheila Khan (1999), "Traços negros (aculturação e identidades dos jovens de origem africana)", in José Machado Pais (ed.), *Traços e Riscos de Vida*, Porto, Âmbar.
- Vala, Jorge, Vítor Sérgio Ferreira, Marcus Eugénio Lima e Diniz Lopes (2003), *Simetrias e Identidades. Jovens Negros em Portugal*, Oeiras, Celta.
- Wright, Erik Olin (1997), *Class Counts. Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.